

# Audiência Pública

## Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00

1º Quadrimestre de 2013

3º Quadrimestre de 2012

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

*LRF, Art. 9º, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.*

# 1º QUADRIMESTRE/2013

# Publicações

**Diário Oficial do Estado nº 19.584, de 28/05/2013.**

**Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2013**

**Diário Oficial do Estado nº 19.585, de 29/05/2013.**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2013**

# Resultado da Execução Orçamentária

Em Bilhões de R\$

Resultado Orçamentário	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	VARIAÇÃO (%)
1 – Receita Líquida Orçamentária	5,173	5,446	5,28%
2 – Despesa Realizada	4,799	4,992	4,02%
3 – Resultado Orçamentário = (1-2)	0,374	0,454	21,39%

# Receita Total

Em Bilhões de R\$

Resumo da Arrecadação	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	VARIAÇÃO (%)
1 – Arrecadação Bruta	7,235	7,621	5,33%
2 – Deduções (repasses constitucionais e Legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições)	2,062	2,175	5,48%
3 – Arrecadação Líquida (Disponível para o Estado) = (1 – 2)	5,173	5,446	5,28%

# Arrecadação Tributária Bruta

Em Bilhões de R\$

<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2012</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2013</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2013</b>	<b>VARIAÇÃO 2012/2013 (%)</b>
<b>1 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA TOTAL</b>	<b>5,263</b>	<b>5,572</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,87%</b>
<b>1.1 - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (Inclui Multa, Juros e Dívida Ativa)</b>	<b>4,888</b>	<b>5,207</b>	<b>93,45%</b>	<b>6,53%</b>
<b>1.1.1 - ICMS</b>	<b>4,181</b>	<b>4,408</b>	<b>79,11%</b>	<b>5,43%</b>
<b>1.1.2 - IPVA</b>	<b>0,345</b>	<b>0,377</b>	<b>6,77%</b>	<b>9,27%</b>
<b>1.1.3 - ITCMD</b>	<b>0,031</b>	<b>0,042</b>	<b>0,75%</b>	<b>35,48%</b>
<b>1.1.4 - IRRF</b>	<b>0,208</b>	<b>0,237</b>	<b>4,25%</b>	<b>13,94%</b>
<b>1.1.6 - TAXAS</b>	<b>0,122</b>	<b>0,142</b>	<b>2,55%</b>	<b>16,39%</b>

# Arrecadação Tributária Bruta

Em Bilhões de R\$

<b>REPASSES DA UNIÃO</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2012</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2013</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2013</b>	<b>VARIAÇÃO 2012/2013 (%)</b>
<b>1 - ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA TOTAL</b>	<b>5,263</b>	<b>5,572</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,87%</b>
<b>1.2 - REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA UNIÃO - TOTAL</b>	<b>0,375</b>	<b>0,364</b>	<b>6,53%</b>	<b>-2,83%</b>
<b>1.2.1 - COTA PARTE FPE</b>	<b>0,282</b>	<b>0,293</b>	<b>5,26%</b>	<b>3,82%</b>
<b>1.2.2 - COTA PARTE IPI EXPORTAÇÃO</b>	<b>0,065</b>	<b>0,069</b>	<b>1,24%</b>	<b>6,15%</b>
<b>1.2.3 - COTA PARTE CIDE</b>	<b>0,027</b>	<b>0,002</b>	<b>0,04%</b>	<b>-92,59%</b>



# Arrecadação Tributária Líquida

Em Bilhões de R\$

	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
<b>1 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA – TOTAL</b>	<b>5,263</b>	<b>5,572</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,87%</b>
<b>2 - DEDUÇÕES DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA</b> (repasses aos Municípios, FUNDEB e Restituições)	<b>2,061</b>	<b>2,174</b>	<b>39,02%</b>	<b>5,48%</b>
<b>2.1 - REPASSE AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>1,199</b>	<b>1,358</b>	<b>24,37%</b>	<b>13,26%</b>
<b>2.2 - FUNDEB</b>	<b>0,708</b>	<b>0,780</b>	<b>14,00%</b>	<b>10,17%</b>
<b>2.3 - RESTITUIÇÕES</b>	<b>0,154</b>	<b>0,036</b>	<b>0,65%</b>	<b>-76,62%</b>
<b>3 – ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA LÍQUIDA</b> (Disponível para o Estado) = (1 - 2)	<b>3,202</b>	<b>3,398</b>	<b>60,98%</b>	<b>6,12%</b>

# Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos Limites Constitucionais

**A LRF instituiu mecanismos que visam a manutenção do equilíbrio das contas públicas, dentre eles instituiu limites máximos para:**

- Gastos com Pessoal;**
- Dívidas de Longo Prazo;**
- Contratação de Operação de Crédito (Empréstimos de Longo Prazo);**
- Concessão de Garantias e Contragarantias**

## RESULTADO PRIMÁRIO e RESULTADO NOMINAL

Em Milhões de R\$

<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2012</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2013</b>
<b>Meta para o Resultado Primário</b>	<b>1,047</b>	<b>1,523</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>766</b>	<b>738</b>
<b>Cumprimento da Meta</b>	<b>73%</b>	<b>48%</b>

Em Milhões de R\$

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2012</b>	<b>Até o 1º Quadrimestre 2013</b>
<b>Meta para o Resultado Nominal</b>	<b>(327)</b>	<b>(138)</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(1,011)</b>	<b>312</b>
<b>Cumprimento da Meta</b>	<b>309%</b>	<b>-226%</b>

# Gastos com Pessoal – Maio/2012 a Abril/2013

Em Bilhões de R\$

	Gasto com Pessoal em Relação à RCL (%)	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
<b>1 – CONSOLIDADO GERAL</b>	<b>57,07%</b>	<b>60,00%</b>	<b>57,00%</b>	<b>54,00%</b>
<b>1.1 – PODER EXECUTIVO</b>	<b>47,38%</b>	<b>49,00%</b>	<b>46,55%</b>	<b>44,10%</b>
<b>1.2 – PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>5,33%</b>	<b>6,00%</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,40%</b>
<b>1.3 – MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>1,61%</b>	<b>2,00%</b>	<b>1,90%</b>	<b>1,80%</b>
<b>1.4 – PODER LEGISLATIVO</b>	<b>2,76%</b>	<b>3,00%</b>	<b>2,85%</b>	<b>2,70%</b>
<b>1.4.1 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO - ALESC</b>	<b>2,00%</b>	<b>2,20%</b>	<b>2,09%</b>	<b>1,98%</b>
<b>1.4.2 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE</b>	<b>0,75%</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,72%</b>

# Dívida Consolidada Líquida

Em Bilhões de R\$

	Saldo em 30/04/12	Saldo em 30/04/13	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
<b>1 - DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>13,181</b>	<b>13,525</b>	<b>2,61%</b>
<b>2 - DEDUÇÕES</b>	<b>7,844</b>	<b>7,594</b>	<b>-3,19%</b>
<b>3 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA = (1-2)</b>	<b>5,337</b>	<b>5,931</b>	<b>11,13%</b>
<b>(%) EM RELAÇÃO À RCL (Limite Máximo de 200% da RCL)</b>	<b>37,55%</b>	<b>40,20%</b>	<b>1,51%</b>

# Pagamento da Dívida Pública

Em Milhões de R\$

	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	Participação (%) ANO 2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
<b>TOTAL PAGO</b>	566	396	100,00 %	-30%
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	170	232	59%	36%
<b>JUROS E ENCARGOS</b>	396	164	41%	-59%

# Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Em Milhões de R\$

	Situação em 30/04/2012	Situação em 30/04/2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
<b>1 - GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>93</b>	<b>88</b>	<b>-5,38%</b>
1.1 - EXTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	45	50	11,11%
1.2 - INTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	48	38	-20,83%

<b>2 - RCL</b>	<b>R\$ 14,214 Bilhões</b>	<b>R\$ 14,754 Bilhões</b>	<b>3,80%</b>
(%) SOBRE A RCL = (1/2) (Limite Máximo de 22% da RCL)	0,66%	0,60%	-9,09%

As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.



# Operações de Crédito

Em Bilhões de R\$

	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	14,214	14,754	3,80%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE	0,036	0,036	0,00%
(%) SOBRE A RCL (Limite Máximo de 16% da RCL)	0,25%	0,25%	0,00%

## Valores Aplicados em Saúde

Em Milhões de R\$

	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
Valor Mínimo a aplicar (12% da RLI)*	467	511	9,42%
Valor Aplicado	384	488	27,08%
Aplicação em Saúde (%)	9,87%	11,46%	16,11%
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI	R\$ 3,894 Bilhões	R\$ 4,254 Bilhões	9,24%

\*O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício.

## Valores Aplicados em Educação

Em Milhões de R\$

	Até o 1º Quadrimestre 2012	Até o 1º Quadrimestre 2013	VARIAÇÃO 2012/2013 (%)
Valor Mínimo a aplicar (25% da RLI)*	974	1,063	9,14%
Valor Aplicado	1,095	1,170	6,85%
Aplicação em Educação (%)	28,11%	27,50%	-2,17%
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI	R\$ 3,894 Bilhões	R\$ 4,254 Bilhões	9,24%

\*O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício.

# 3º QUADRIMESTRE/2012

# Publicações

**Diário Oficial do Estado nº 19.504, de 29/01/2013.**

**Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre/2012**

**Diário Oficial do Estado nº 19.503, de 28/01/2013.**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º Bimestre/2012**

# RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em Milhões de R\$

META DA LDO	META	EXECUTADO
Resultado Nominal	(327)	(1.096)
Resultado Primário	1.047	869

MÍNIMO CONSTITUCIONAL	A APLICAR	APLICADO
Educação	25%	29,42%
Saúde	12%	12,14%

# Disponibilidade de Caixa

(conforme a LRF)

Em Bilhões de R\$

	31/12/2011	31/12/2012	VARIAÇÃO 2011/2012 (%)
<b>1- DISPONIBILIDADE DE CAIXA (conforme a LRF)</b>	1,540	1,668	11,16%
( + ) 1.1 – VALOR EM CAIXA	4,745	4,931	3,92%
( - ) 1.2 – OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2,822	2,917	15,63%
( - ) 1.3 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,382	0,346	2,17%

# Composição da Disponibilidade de Caixa

Em Milhões de R\$

	<b>Em 31/12/2012</b>	<b>2012 (%)</b>
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA - TOTAL</b>	<b>1,668</b>	<b>100,00%</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>0,246</b>	<b>14,75%</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>0,169</b>	<b>10,13%</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>0,067</b>	<b>4,02%</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>1,261</b>	<b>75,60%</b>
<b>VINCULADOS AO RPPS (IPREV)</b>	0,254	15,23%
<b>VINCULADOS À EDUCAÇÃO</b>	0,125	7,49%
<b>VINCULADOS À SEGURANÇA</b>	0,039	2,34%
<b>VINCULADOS À SAÚDE</b>	0,089	5,34%
<b>RECURSOS DA CIDE</b>	0,004	0,24%
<b>DEMAIS FONTES VINCULADAS</b>	0,675	40,47%
<b>RECURSOS NÃO VINCULADOS (Fonte Tesouro)</b>	0,075	4,47%



# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

<b>GASTO COM PESSOAL</b>	<b>LIMITE</b>	<b>EXECUTADO</b>
<b>Poder Executivo</b>	<b>49,00%</b>	<b>46,46%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>60,00%</b>	<b>55,96%</b>

Em Bilhões de R\$

<b>DEMAIS LIMITES</b>	<b>LIMITE</b>	<b>EXECUTADO</b>
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>29,070</b>	<b>5,899</b>
<b>Garantias Concedidas</b>	<b>3,197</b>	<b>0,089</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>2,325</b>	<b>1,661</b>

# Considerações Finais

**Os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF evidenciam que:**

- O Governo do Estado está com as finanças em equilíbrio;**
- Cumpe os limites para gastos com pessoal e dívida pública;**
- Comprova a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**



**Portal da  
TRANSPARÊNCIA**

## Transparência na Gestão – Poder Executivo



**SOBRE  
O PORTAL**



**RECEITA  
PÚBLICA**



**GASTO  
PÚBLICO**



**ANÁLISE  
GRÁFICA**












**GESTÃO  
FISCAL**

- ✓ Todos os órgãos do Poder Executivo;
- ✓ Relatórios;
- ✓ Consultas on-line.



## ➤ Consultas On-Line

-  Pagamentos Efetuados por Credor
-  Maiores Fornecedores - Despesas Pagas
-  Maiores Fornecedores - Despesas Executadas
-  Convênios com Municípios
-  Subvenções Sociais
-  Diárias
-  Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores
-  Despesas Executadas Trienais
-  Busca de Empenhos



**GESTÃO  
FISCAL**

## › Relatórios

### Dívida Pública

- 📄 Contratos da Dívida Pública
- 📄 Dívida Pública Contratual - Estoque
- 📄 Dívida Pública Contratual - Pagamento

### Lei de Responsabilidade Fiscal

- 📄 Audiência Pública
- 📄 Relatório de Gestão Fiscal
- 📄 Relatório Resumido da Execução Orçamentária

### Prestação de Contas do Governo

- 📄 Balanço Geral do Estado
- 📄 Extrato da Conta Única

### › Planejamento e Orçamento

- 📄 Plano Plurianual - PPA
- 📄 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
- 📄 Lei Orçamentária Anual - LOA



## INDICADORES DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO GERAL

Período comparativo: até o mês de Junho de 2010, 2011 , 2012 e 2013



2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL  
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

  
Governos do Estado  
**SANTA CATARINA**

## 32 Indicadores da Gestão Fiscal (mensal)

- ✓ Receita;
- ✓ Despesa;
- ✓ Custeio;
- ✓ Investimentos;
- ✓ Gastos com Saúde;
- ✓ Educação;
- ✓ Repasse aos Poderes, etc.

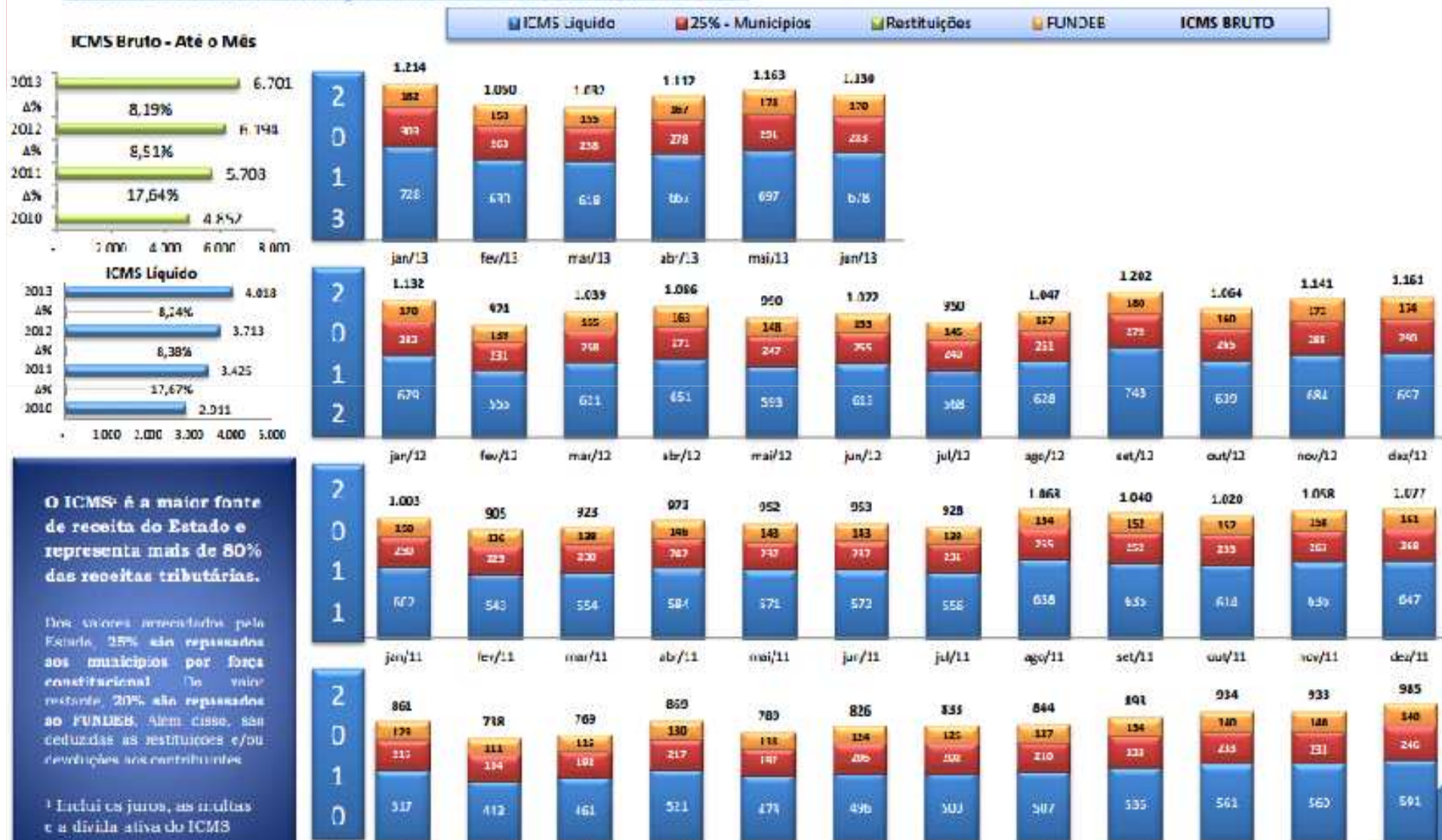
➡ **Visão Geral das Finanças do Governo do Estado**





## Receita Tributária - Comportamento da arrecadação do ICMS

Em milhares de R\$



O ICMS é a maior fonte de receita do Estado e representa mais de 80% das receitas tributárias.

Dos valores arrecadados pela Estado, 25% são repassados aos municípios por força constitucional. Do valor restante, 20% são repassados ao FUNDEC. Além disso, são deduzidas as restituições e/ou devoluções aos contribuintes.

1 Inclui os juros, as multas e a dívida ativa do ICMS



### Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal



### Aplicação em Educação e Saúde

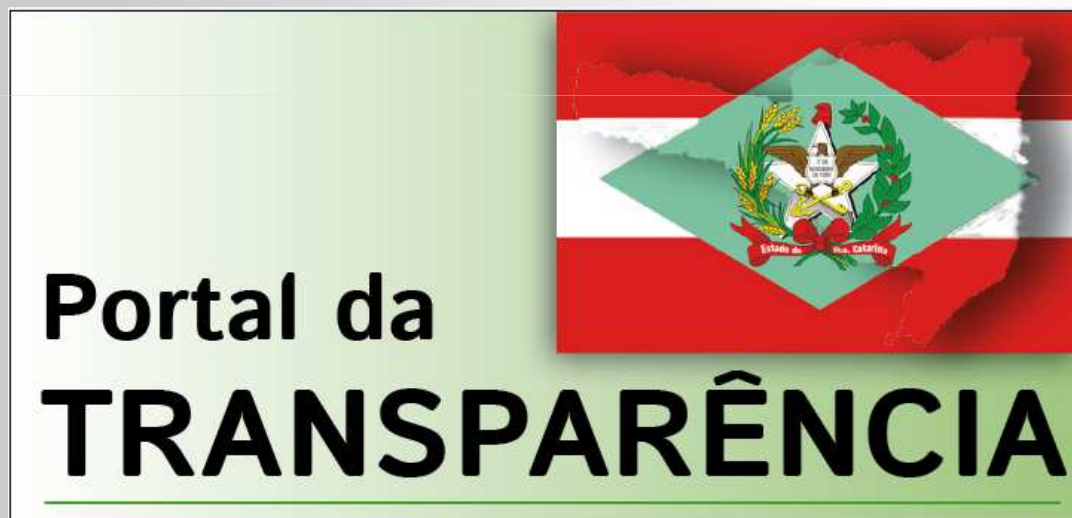
O Governo do Estado, por força da Constituição Federal, deve aplicar anualmente em Educação e serviços de Saúde Pública, no mínimo, o valor correspondente ao percentual de 25% e 12% da RLI, respectivamente. Esta aplicação, portanto, deve ser comprovada no final do exercício.



SECRETARIA DE  
ESTADO DA FAZENDA

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**ANTONIO MARCOS GAVAZZONI**  
SECRETÁRIO

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**  
**ADRIANO DE SOUZA PEREIRA**  
DIRETOR



[www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)

Centro Administrativo do Governo  
Rodovia SC 401 - Km 05 - Nº 4600  
Cep: 88032-005 – Florianópolis – SC

[www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br)



*Governo do Estado*  
**SANTA CATARINA**